

ATENÇÃO: Opções corretas marcadas em negrito.

OBS: As questões e respostas não obedecem nenhuma ordem particular.

Questão

Assinale o item **incorreto** sobre o emprego de tempos e modos verbais:

Opção 1) A forma verbal “teria” exprime um fato posterior a um dado momento já passado de que se fala; é, pois, um futuro dentro do passado.

Opção 2) As formas verbais “nasciam” e “tinham” indicam processos que, no passado, eram contínuos e frequentes.

Opção 3) A forma verbal “estudarem” exprime certeza em relação a fatos que ainda ocorrerão num tempo posterior.

Opção 4) A forma verbal “teria sido superada”, numa estrutura de voz passiva, exprime um fato que teria acontecido no passado, mediante certa condição.

Opção 5) As formas verbais “surpreenderão” e “identificarão” exprimem processos certos ou prováveis que ainda não se realizaram.

Questão

Assinale a formulação **incorreta** quanto à concordância da palavra destacada na frase:

Opção 1) É **necessário** informação para dialogar com os candidatos.

Opção 2) É **pouco** vida inteira para tanta perspectiva de sucesso.

Opção 3) Refrigerante com gás não é **bom** para a saúde.

Opção 4) É **proibido** a entrada a menores desacompanhados, sem seus responsáveis.

Opção 5) É **vedada** a inscrição a candidatos recém-formados, sem de experiência na função.

Questão

Assinale a explicação correta para a relação estabelecida pelos termos “não só” / “como também” presentes na assertiva “a ferramenta eletrônica **não só** facilitou a comunicação entre as pessoas **como também** trouxe alguns problemas.”

Opção 1) Constitui um par de orações em que apenas a primeira se classifica como coordenada.

Opção 2) Constitui um par de orações em que a segunda classifica-se como subordinada.

Opção 3) Constitui um par de orações com sentido de negação e inclusão, respectivamente.

Opção 4) Constitui um par de locuções conjuncionais com valor semântico adversativo.

Opção 5) Constitui um par correlativo, com valor aditivo, que relaciona elementos similares.

Questão

Abaixo, relacionam-se diferentes tipos de coesão textual. Marque a alternativa em que se procede **equivocadamente** ou ao defini-la ou ao exemplificá-la:

Opção 1) Coesão por conjunção: possibilita relações significativas entre os termos do texto. Ex.: Como estava doente, não fui ao trabalho, apesar de ser segunda-feira.

Opção 2) Coesão por referência: evita repetições desnecessárias. Ex.: Maria gosta de doces. Maria aprecia muito chocolate com amêndoas. Maria é gulosa.

Opção 3) Coesão por substituição: usa anafóricos, palavras ou expressões por meio das quais se retomam termos já enunciados. Ex.: O carro invadiu a calçada que estava vazia. Graças a isso, não houve feridos.

Opção 4) Coesão lexical: ocorre mediante o uso de sinônimo, pronome, hipônimo ou heterônimo. Ex.: Ronaldo foi o maior centroavante do mundo. O fenômeno levou o Brasil a grandes conquistas. O camisa nove mostrou ao mundo seu talento de goleador.

Opção 5) Coesão por elipse: ocorre mediante a omissão de palavra(s), sem prejudicar a clareza da oração. Ex.: Luísa assiste à TV e, ao mesmo tempo, faz a lição de casa e conversa ao celular.

Questão

Assinale o item que **não obedece** ao padrão escolarizado vigente quanto à colocação dos pronomes átonos:

Opção 1) Minha coleção de revistas antigas foram-lhe vendidas sem muita conversa ou negociação.

Opção 2) O advogado tinha prevenido-o, repetidas vezes, sobre a importância dos detalhes do caso.

Opção 3) Quem, afinal, nos contará a verdadeira história dos acontecimentos que abalaram o País?

Opção 4) Meu sócio não me contaria inverdades sobre o acontecido entre eles.

Opção 5) Procuraram-no, em vão, por todos os bares e praças da cidade.

Questão

“Uma torre de centenas de metros, por exemplo, parece-nos altíssima...”; o emprego de vírgulas nesse segmento de texto se justifica porque se trata de:

Opção 1) Destaque de expressões explicativas.

Opção 2) Separação dos elementos de uma enumeração.

Opção 3) Isolamento de adjuntos adnominais.

Opção 4) Omissão de termo oracional.

Opção 5) Separação do aposto resumitivo.

Questão

“No futuro, quando estudarem nosso tempo, os historiadores ficarão surpresos ao constatar que, no início de 2014, cada criança brasileira nascia com um carimbo na testa, indicando se teria ou não escola de qualidade ao longo da vida. E se surpreenderão com o fato de que apenas entre 10(Cristovam Buarque. *Início do Futuro*. O Globo, 11/01/2014).

Da leitura do texto, depreende-se que a baixa qualidade da educação brasileira decorre da:

Opção 1) Incompetência dos historiadores e dos especialistas em Educação.

Opção 2) Carência de escola de qualidade.

Opção 3) Falta de evolução no modelo educacional brasileiro.

Opção 4) Continuidade dos “dois carimbos”.

Opção 5) Situação da escola pública na presente data.

Questão

“Não quero ser pessimista, mas nós – como indivíduos e como sociedade – temos muitos problemas críticos para enfrentar. Criamos um padrão de vida que é incompatível com os recursos do planeta, um padrão predatório. Nossa ideia de progresso é materialista, individualista e insaciável. Tornamo-nos escravos das tecnologias que criamos para tornar nossas vidas mais fáceis. A maioria das coisas a que chamamos de trabalho se resume ao preenchimento de modelos e repetições. Com poucas exceções, os processos se tornaram mais importantes do que as pessoas.

(Charles Bezerra. *Cultura e inovação*. Jornal do Brasil *on line*. 23/01/2014.)

Assinale o item em que ocorre um predicado verbo-nominal:

Opção 1) “é incompatível com os recursos do planeta”.

Opção 2) “A maioria das coisas a que chamamos de trabalho”.

Opção 3) “os processo se tornaram mais importantes do que as pessoas”.

Opção 4) “temos muito problemas críticos para enfrentar”.

Opção 5) “que criamos para tornar nossas vidas mais fáceis”.

Questão

Depois da Copa das Confederações, tivemos uma derrota e nove vitórias. Tínhamos um sistema de jogo. Foi a primeira vez, desde 2002, que chegamos a uma semifinal. O trabalho não foi de todo ruim. Foi uma derrota ruim, sabemos disso. O fiasco acabou, e a equipe está no caminho certo. Se formos avaliar os números, estamos no caminho certo e perdemos um jogo.”

(Luís Felipe Scolari. Revista Língua, ano 9, no. 106, agosto de 2014.

Assinale a alternativa em que se refere **equivocadamente** ao fragmento retirado do texto acima.

Opção 1) Em “O trabalho não foi de todo ruim.”, temos um período simples.

Opção 2) Em “Depois da Copa das Confederações, tivemos uma derrota e nove vitórias.”, temos um período composto por subordinação.

Opção 3) Em “Foi a primeira vez, desde 2002, que chegamos a uma semifinal.”, temos um período composto por subordinação.

Opção 4) Em “se formos avaliar os números...”, temos uma oração subordinada adverbial condicional.

Opção 5) Em “O fiasco acabou, e a equipe está no caminho certo.”, tem-se um período composto por coordenação.

Questão

“A publicação de jornais e revistas on-line abriu um importante canal de comunicação com os leitores. Assim que leem um artigo ou reportagem, eles podem enviar seu comentário sobre o texto ou o assunto de que este trata. Publicado ao pé da matéria, o dito comentário desperta a opinião de outros leitores e, em poucos minutos, está criado um fórum de discussão entre pessoas que nunca se viram, nunca se verão e podem estar a milhares de quilômetros umas das outras.”
(www.observatoriodaimprensa.com.br/news/.../_ed782_redes_antissociais)

Assinale o item incorreto quanto à função sintática atribuída ao termo destacado.

Opção 1) “um importante canal de comunicação com os leitores” funciona como objeto direto de “abriu”.

Opção 2) “on-line” funciona como adjunto adnominal do substantivo “publicação”.

Opção 3) “em poucos minutos” funciona como adjunto adverbial para “está criado”.

Opção 4) “com os leitores” funciona como complemento nominal de “comunicação”.

Opção 5) “um fórum de discussão” funciona como objeto direto de “está criado”.

Questão

Sabendo que as seguintes proposições p e q , abaixo, podem ser verdadeiras ou falsas, a alternativa correspondente à proposição composta $p \vee q$ - $\neg p$ é uma:

p : Ana é alta. q : Raquel é baixa

Opção 1) Tautologia.

Opção 2) Afirmação.

Opção 3) Contingência.

Opção 4) Contradição.

Opção 5) Negação.

Questão

Afirmar que “não é verdade que Godofredo é rápido e Antônio é devagar” é logicamente equivalente a:

Opção 1) Godofredo é rápido ou Antônio não é devagar.

Opção 2) Se Godofredo não é rápido, então Antônio é devagar.

Opção 3) Godofredo não é rápido ou Antônio não é devagar.

Opção 4) Se Godofredo não é rápido, então Antônio não devagar.

Opção 5) Godofredo é rápido e Antônio é devagar.

Questão

Negar a seguinte frase “Toda mulher é organizada” equivale a qual alternativa:

Opção 1) Toda mulher desorganizada.

Opção 2) Alguma mulher não é organizada.

Opção 3) Pelo menos uma mulher é organizada.

Opção 4) Todo homem é organizado.

Opção 5) Alguma mulher é organizada.

Questão

Analise a seguinte afirmação:

“Fulano é verdadeiro ou Siciliano não é falso” Do ponto de vista lógico, qual das alternativas abaixo equivale a esta afirmação:

Opção 1) Se Siciliano é verdadeiro, então Fulano é verdadeiro.

Opção 2) Se Fulano não é verdadeiro, então Siciliano não é falso.

Opção 3) Se Siciliano não é falso, então Fulano é verdadeiro.

Opção 4) Se Fulano é verdadeiro, então Siciliano não é falso.

Opção 5) Se Fulano não é verdadeiro, então Siciliano é falso.

Questão

A negação da sentença “Se Jessica tirar boa nota na prova, então seu pai lhe dará um presente” é:

Opção 1) Jessica tirará boa nota na prova e seu pai não lhe dará um presente.

Opção 2) Jessica não tirará boa nota na prova e seu pai não lhe dará um presente.

Opção 3) Se Jessica tirar uma nota ruim, seu pai lhe dará um presente.

Opção 4) Jessica tirará boa nota na prova e seu pai lhe dará um presente.

Opção 5) Se Jessica não tirará boa nota na prova, então seu pai lhe dará um presente.

Questão

Responda as perguntas abaixo, referentes aos requisitos de avaliação das dimensões do Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP, e em seguida assinale a opção correta:

I - A vinculação da programação orçamentária à estratégia é requisito da dimensão Governança?

II - O gerenciamento da qualidade do atendimento ao público é requisito da dimensão Público-alvo?

III - O estímulo à participação e ao controle social nas atividades do órgão ou entidade é requisito da dimensão Estratégias e Planos?

IV - O realinhamento dos processos para responder à estratégia do órgão ou entidade é requisito da dimensão Processos?

Opção 1) Não, sim, não, não

Opção 2) Sim, não, não, sim

Opção 3) Sim, sim, sim, não

Opção 4) Não, sim, não, sim

Opção 5) Não, não, não, não

Questão

O Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP é composto por oito dimensões que juntas compõem um sistema de gestão para organizações do setor público. São dimensões desse Modelo, **exceto**:

Opção 1) Pessoas.

Opção 2) Processos.

Opção 3) Estratégias e planos.

Opção 4) Resultados.

Opção 5) Aprendizado e crescimento.

Questão

Relacione, visando à correspondência entre dimensões do desempenho. 1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

2 - Porcentagem de organizações públicas com sistema de gestão da qualidade implantado.

3 - Volume do gasto público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

4 - Grau de implementação dos programas da Agenda de Governo.

5 - Gastos com programas e serviços sociais.

6 - Quantidade de habitações construídas.

A - Eficiência B - Eficácia C - Efetividade D - Economicidade E - Execução F - Excelência

Assinale a opção que indica as relações corretas:

Opção 1) A3, C1, E4, F2

Opção 2) A5, B6, C2, D3

Opção 3) B1, C2, D3, E6

Opção 4) A5, B6, C1, F4

Opção 5) C1, D5, E6, F4

Questão

São aspectos que favorecem a mudança das organizações públicas, **exceto**:

- Opção 1) Tecnologia
- Opção 2) Empreendedorismo.
- Opção 3) Capacidade técnica.
- Opção 4) Reformismo.**
- Opção 5) Controle social.

Questão

Analise as opções a seguir e assinale o item correto: I - O contexto de trabalho no setor público, caracterizado como pouco mutável, prescinde de um sistema de gestão dinâmico e adaptável.

II - A literatura sobre competências aborda diferentes modos de classificação das competências. Dentre elas, destaca-se a categorização das competências em dois níveis de análise: carreira e organizacional.

III - As competências organizacionais são resultantes do somatório das competências individuais.

IV - No setor público, as competências organizacionais não podem extrapolar as competências legais definidas pela lei de criação do órgão ou entidade.

V - As competências transversais governamentais se referem ao conjunto de competências necessárias a todos os indivíduos e equipes que atuam no âmbito de uma instituição.

- Opção 1) C, E, C, C, E
- Opção 2) E, C, C, C, C
- Opção 3) E, E, E, E, E**
- Opção 4) C, C, C, E, E
- Opção 5) C, C, E, E, C

Questão

Analise as seguintes assertivas e assinale a correta:

Opção 1) Fato jurídico em sentido estrito é aquele em que o efeito da manifestação de vontade humana esta predeterminada na lei.

Opção 2) O silêncio não importa anuência, pois a declaração de vontade deve ser sempre expressa.

Opção 3) Os negócios jurídicos causais estão vinculados à causa do próprio negócio, como é o caso dos contratos, em geral.

Opção 4) Fato jurídico em sentido estrito é o praticado pelo homem sem intenção direta de ocasionar efeitos jurídicos.

Opção 5) Os negócios jurídicos onerosos podem ser aleatórios, ou seja, quando as prestações são equivalentes, certas e determinadas.

Questão

Sobre a prescrição e decadência, analise os itens a seguir e assinale a alternativa **incorreta**:

Opção 1) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem, contudo, estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de 2 anos.

Opção 2) Não corre a prescrição estando pendente condição suspensiva.

Opção 3) Só será válida a renúncia expressa da prescrição se presentes dois elementos: ocorrer após a consumação da prescrição e sem prejuízo a terceiro.

Opção 4) Decadência é a causa extintiva do direito potestativo pelo seu não exercício no prazo estipulado pela lei.

Opção 5) As partes podem ajustar a redução dos prazos prescricionais se estiver em jogo direitos disponíveis.

Questão

O Prefeito do Município de Vila Velha será processado e julgado originariamente:

Opção 1) Nos crimes de responsabilidade, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Opção 2) Nos crimes federais, na Primeira Instância da Justiça Federal.

Opção 3) Na Primeira Instância estadual em qualquer hipótese, pois não há foro por prerrogativa de função para os prefeitos.

Opção 4) Nos crimes eleitorais, pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Opção 5) Nos crimes de menor potencial ofensivo, por Turma Recursal.

Questão

O regime jurídico administrativo consiste num conjunto de prerrogativas e sujeições regido por princípios e normas próprias e:

Opção 1) Dentre os princípios, está o da impessoalidade, que não tem caráter absoluto, sendo possível o tratamento diferenciado de pessoas físicas ou jurídicas em razão de peculiaridades justificadoras da diferenciação.

Opção 2) Dentre os princípios, temos o da motivação, segundo o qual a Administração Pública deve expor os fundamentos de suas decisões, sendo vedada a motivação por órgão diverso ao que proferiu a decisão ou em momento posterior ao da sua prolação.

Opção 3) Aquelas prerrogativas permitem à Administração Pública figurar, invariavelmente, em posição de supremacia em relação ao particular para atender o interesse público.

Opção 4) Dentre os princípios, temos o da eficiência, que visa a eliminação das formalidades exageradas de modo a alcançar a informalidade ou, ao menos, a formalidade moderada.

Opção 5) Dentre os princípios, temos o da publicidade, que exige que sejam tornados públicos todos os atos administrativos, com exceção daqueles que coloquem em risco a segurança nacional ou a intimidade de particulares.

Questão

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa **incorreta**:

Opção 1) É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

Opção 2) Os entes da Federação podem realizar operação de crédito com uma instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Opção 3) A contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

Opção 4) A operação de crédito por antecipação de receita deve ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro do ano em que realizada.

Opção 5) Os Estados e Municípios podem adquirir títulos da dívida da União como forma de aplicação de suas disponibilidades.

Questão

O jurista alemão Otto Gierke foi quem estabeleceu as linhas mestras da teoria do órgão e indicou como sua principal característica o princípio da imputação volitiva. A teoria do órgão:

Opção 1) Considera o agente público representante da pessoa jurídica, tal como os curadores o são dos incapazes.

Opção 2) Considera o órgão como parte da entidade e, com isso, suas manifestações de vontade são consideradas como sendo da própria entidade.

Opção 3) Não é aceita entre os administrativistas contemporâneos, pois não explica, de forma satisfatória, como atribuir a entes públicos os atos praticados por pessoas que agem em seu nome.

Opção 4) Reconhece personalidade jurídica ao órgão, sendo, por isso, sujeito direto de direitos e obrigações.

Opção 5) Não diferencia órgão de entidade, atribuindo personalidade jurídica a ambos, indistintamente, sendo sujeitos diretos de direitos e obrigações.

Questão

O problema da aplicação da lei pode se dar, também, quando existem mais de uma norma conflitante entre si. Nesse caso, temos uma antinomia. A ordem jurídica prevê critérios para a solução de antinomias aparentes. Desse modo:

Opção 1) Segundo os metacritérios para a solução de antinomias de segundo grau, temos que, entre o critério da especialidade e o cronológico, prevalece o cronológico.

Opção 2) A antinomia será real quando a própria lei tiver critério para a solução do conflito.

Opção 3) A antinomia também ocorre quando há lacuna legislativa.

Opção 4) O critério hierárquico tem por objeto resolver a necessidade de integração de lacunas axiológicas.

Opção 5) Segundo os metacritérios para a solução de antinomias de segundo grau, temos que, entre os critérios hierárquico e o cronológico, prevalece o hierárquico, pois a competência é mais forte que o tempo.

Questão

Sobre o processo legislativo, analise os seguintes itens:

Opção 1) O Presidente da República não poderá editar medidas provisórias sobre matéria relativa a processo civil, ainda que presentes os requisitos de relevância e urgência.

Opção 2) O veto do Presidente da República será apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos Deputados e Senadores, em escrutínio aberto.

Opção 3) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso Nacional.

Opção 4) A iniciativa popular no âmbito municipal depende da manifestação de, pelo menos, três por cento do eleitorado.

Opção 5) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República e do Supremo Tribunal Federal terão início no Senado Federal.

Questão

A decisão da tarifa pela prestação do serviço público é procedimento ordinário em um regime de concessões. Com relação aos regimes tarifários, marque a alternativa correta:

Opção 1) No regime de tarifação pelo custo de serviço não existem desvantagens, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pelo regulador é baixa o suficiente para manter o preço competitivo.

Opção 2) No regime por preço teto, o órgão regulador define um fator de produtividade. Para tanto, o regulador pode definir uma fronteira eficiente usando empresas modelo como parâmetro.

Opção 3) Na duração do contrato pelo preço-teto, o agente regulador mantém o preço congelado.

Opção 4) Pode-se considerar a regulação por incentivos como uma forma remodelada da regulação pela taxa de retorno. No entanto, a primeira não estimula a empresa regulada a utilizar tecnologias mais eficientes e reduzir seus custos.

Opção 5) Observa-se o efeito Averch-Johnson na regulação por preço-teto. Esse efeito caracteriza-se pela falta de investimentos e pode prejudicar o fornecimento do bem ofertado.

Questão

No modelo IS-LM, considere uma economia com perfeita mobilidade e com câmbio fixo. Assinale o item correto:

Opção 1) A política fiscal restritiva causará redução do produto.

Opção 2) A política fiscal expansiva causará redução da taxa de juros.

Opção 3) Uma política monetária expansiva deslocará, inicialmente, a curva LM para cima e para a esquerda.

Opção 4) A política monetária, em perfeita mobilidade, é eficaz.

Opção 5) Um aumento dos gastos do governo deslocará a curva IS para a direita, entretanto, essa política não será eficaz.

Questão

Suponha o modelo keynesiano simples, com uma economia fechada, com as seguintes equações: $C = 50 + 0,5Y_d$ $I = 205$ $G = 200$ $T = 10 + 0,2Y$

No qual: C = consumo; I = investimento; G = gastos do governo; Y_d = renda disponível; Y = renda; T = tributação.

De acordo com o modelo acima, marque a alternativa correta:

Opção 1) A renda de equilíbrio é 700.

Opção 2) O multiplicador keynesiano é maior que 1,70.

Opção 3) Para o nível de renda de equilíbrio, o governo terá um superávit de 40.

Opção 4) Os investimentos são elásticos à taxa de juros.

Opção 5) A renda de equilíbrio é 750 e o multiplicador menor do que 1,70.

Questão

Considere os seguintes dados de um ano N do país Fictício: - Importações: \$ 2.000,00 - Exportações: \$ 2.500,00 - Juros pagos ao exterior: \$ 300,00 - Saldo da conta de rendas: - \$ 1.200,00 - Saldo da conta de serviços: - \$ 300,00 - Transferências unilaterais: \$ 600,00 - Saldo do Balanço de Capitais: \$ 400,00 - Erros e Omissões: \$ 0,00 Com base nessas informações, assinale o item correto:

Opção 1) A Poupança Externa (passivo externo líquido) foi de \$ 400,00 e a conta de capitais compensatórios foi de \$ 600,00.

Opção 2) As reservas aumentaram em \$ 400,00.

Opção 3) O PNB do país foi superior ao PIB.

Opção 4) Supondo que a poupança do governo tenha sido \$ 100,00 e a poupança privada nula, o investimento agregado foi \$ 500,00.

Opção 5) O déficit de transações correntes foi de \$ 100,00.

Questão

Sobre a estrutura de mercados, marque a alternativa correta:

Opção 1) Em concorrência perfeita, a decisão de produção de cada uma das firmas depende das quantidades produzidas pelos concorrentes.

Opção 2) Em concorrência perfeita, o preço é formado pelo cruzamento da curva de oferta da firma com a demanda da firma.

Opção 3) Em uma competição monopolística, as firmas competem em um mercado sem conluio com produtos idênticos.

Opção 4) Em concorrência monopolística, a curva de demanda de mercado tem inclinação negativa e é perfeitamente elástica.

Opção 5) Tanto para o monopolista, quanto para a firma em concorrência perfeita, é condição que a receita marginal seja igual ao custo marginal.

Questão

Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) O controle administrativo deve alcançar todas as atividades administrativas de todos os Poderes. Como todos os Poderes exercem atos administrativos, todos devem exercer o controle administrativo.

Opção 2) Os mecanismos de controle devem assegurar aos administrados e à Administração o alcance dos seus objetivos, sem ofensa às normas procedimentais e legais, mesmo que em detrimento de direitos subjetivos de pessoas.

Opção 3) A fiscalização consiste na verificação que se exerce sobre a atividade dos órgãos, dos agentes e dos procedimentos administrativos, com vistas a garantir que ela atenda aos princípios basilares da Administração Pública.

Opção 4) A fiscalização e a revisão são elementos básicos do controle.

Opção 5) A revisão visa a corrigir eventuais ofensas às normas legais e procedimentais e possibilitar a alteração dos métodos e dos meios que estejam sendo adotados na atuação administrativa, com vistas a melhor atender ao interesse público.

Questão

Assinale a **única opção errada**. Na atualidade, classificam-se os controles de acordo com o seguinte:

Opção 1) Quanto ao aspecto controlado (natureza do controle): i) legalidade – confronto de um ato administrativo com as disposições normativas relativas ao ele – ex.: verificação, por parte de autoridade superior, da conformidade dos procedimentos licitatórios adotados, com vista à homologação ou não do certame; ii) mérito (legitimidade e economicidade) – verificação da conveniência e da oportunidade de um ato administrativo – ex.: o exame da conveniência e da oportunidade da construção de estádio; ou iii) resultados – busca confirmar ou não se um ato administrativo alcançou o resultado esperado e o por quê disso – ex.: o levantamento do número de crianças vacinadas em determinada campanha.

Opção 2) Quanto à natureza do controlador: i) administrativo – exercido pela Administração sobre seus próprios atos e sobre os atos dos que lhes são hierarquicamente subordinados – ex.: revogação de ato administrativo; ii) parlamentar (ou legislativo) – exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública – ex.: o controle exercido pelas controladorias, tribunais e conselhos de contas das diversas esferas da federação; ou iii) judicial – exercido pelo Poder Judiciário sobre a legalidade ou não dos atos da Administração – ex.: ação judicial de licitante contra ato do pregoeiro.

Opção 3) Quanto à localização do controlador (origem/extensão do controle): i) interno – exercido por órgãos do próprio Poder cujos atos se pretende controlar – ex.: o exercido pela auditoria interna de um ente da administração indireta; ou ii) externo – quando o fiscalizador se situa em Administração diversa daquela cujo ato se pretende controlar – ex.: o controle do Judiciário sobre os atos administrativos do Legislativo.

Opção 4) Quanto à forma (iniciativa) de instauração: i) de ofício – executado pela própria Administração no regular exercício de suas funções – ex.: um administrador revoga um procedimento licitatório de unidade administrativa sob sua subordinação hierárquica, em que se verifica algum vício insanável; ou ii) por provocação – exercido devido à interferência de terceiro – ex.: recurso apresentado a autoridade administrativa por pessoa que se depara com ato ilegal da Administração.

Opção 5) Quanto ao momento do exercício (oportunidade): i) prévio – exercido antes de consumar-se a conduta administrativa – ex.: o Tribunal de Contas examina um edital de licitação assim que da sua publicação; ii) simultâneo (ou concomitante) – exercido à medida em que determinado ato vai-se desenvolvendo – ex.: fiscalização exercida ao longo da execução de uma obra; ou iii) posterior – exercido sobre atos já concluídos – ex.: exame das contas prestadas por um gestor público.

Questão

Com relação aos sistemas de controle, é possível afirmar, **exceto**:

Opção 1) O sistema da unidade de jurisdição, também conhecido como sistema da jurisdição una, sistema do monopólio de jurisdição ou sistema inglês, é aquele em que todos os litígios, administrativos ou de caráter privado, são sujeitos à apreciação e à decisão da Justiça comum, composta por juízes e tribunais do Poder Judiciário. Nele, apenas os órgãos do Judiciário exercem a função jurisdicional e proferem decisões com caráter definitivo. Nenhuma decisão, de qualquer outro Poder, que ofenda direito, ou ameace ofendê-lo, pode ser excluída do reexame, com foro de definitividade, por órgãos do Judiciário. É o sistema adotado para o controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro.

Opção 2) No sistema do contencioso administrativo, a Justiça Administrativa tem jurisdição e competência sobre alguns litígios específicos, nos quais uma das partes é, sempre, o Poder Público. Compete-lhe julgar causas que visem à invalidação e à interpretação de atos administrativos e aquelas em que o interessado requer a restauração da legalidade por entender que teve direito seu ofendido por conduta administrativa. Julga também os recursos administrativos de excesso ou desvio de poder.

Opção 3) O controle judicial sobre atos da Administração é exercido sobre a legalidade e sobre o mérito dos atos administrativos. O Judiciário tem o poder de confrontar qualquer ato administrativo com a lei ou com a Constituição e verificar se há ou não compatibilidade normativa. O Judiciário detém também o poder de reavaliar critérios de conveniência e oportunidade dos atos, mesmo que privativos, do administrador público.

Opção 4) Sistemas de controle é o conjunto de instrumentos contemplados no ordenamento jurídico que têm por fim fiscalizar a legalidade dos atos da Administração. Dois são os sistemas básicos de controle: i) o sistema do contencioso administrativo; e ii) o sistema da unidade de jurisdição.

Opção 5) O sistema do contencioso administrativo, também denominado sistema da dualidade de jurisdição ou sistema francês, se caracteriza pelo fato de que o ordenamento contempla uma Justiça Administrativa, ao lado da Justiça do Poder Judiciário. Esse sistema apresenta juízes e tribunais em Poderes distintos. Em ambas as Justças, as decisões proferidas tornam-se res iudicata, de modo que a causa decidida em uma delas não pode mais ser apreciada pela outra. A jurisdição é dual na medida em que a função jurisdicional é exercida naturalmente por duas estruturas orgânicas independentes.

Questão

Com relação ao Controle Legislativo (ou Parlamentar), é possível afirmar, **exceto**:

Opção 1) Controle Político que merece destaque é o da sustação de atos do Executivo, com vistas à preservação do poder legiferante do Legislativo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Opção 2) São cinco as áreas de atuação sujeitas ao controle financeiro: contábil, financeiro (em sentido estrito), orçamentário, operacional e patrimonial. Acrescenta-se que o controle é exercido sob cinco aspectos diferentes: i) quanto à legalidade; ii) quanto à legitimidade; iii) quanto à economicidade; iv) quanto à aplicação de subvenções; v) quanto à criação de receitas.

Opção 3) O Controle Financeiro é o exercido pelo Legislativo sobre o Executivo e o Judiciário (controle externo) e sobre a sua própria administração (autotutela – controle interno), no que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos. No âmbito dos Estados, a fiscalização está a cargo das assembleias legislativas; no âmbito do Distrito Federal, da Câmara Legislativa (Distrital) e, no âmbito dos municípios, a fiscalização financeira compete às câmaras municipais. O controle, em cada uma dessas pessoas, abrange todos os Poderes que as integram.

Opção 4) O Controle Político consiste na fiscalização e decisão do Poder Legislativo sobre atos relacionados à função administrativa dos Poderes Executivo e Judiciário. Por exemplo, por disposição constitucional federal, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer das suas Casas, os atos do Poder Executivo, abrangendo tanto a administração direta quanto a indireta.

Opção 5) É a prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar a Administração Pública sob os critérios político e financeiro. O Poder Legislativo, por ser o que realmente representa a vontade do povo, detém o poder de controle externo dos atos do Poder Executivo e de alguns atos do Poder Judiciário. Por óbvio, o Legislativo também exerce o controle sobre sua administração, mas esse controle é o interno.

Questão

Com relação à Lei 8.429/1992, pode-se afirmar:

Opção 1) Ela deverá ser aplicada mesmo a fatos ocorridos anteriormente à sua entrada em vigor, desde que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo em conta o princípio da moralidade.

Opção 2) De acordo com a lei, somente as autoridades constituídas para tal fim poderão representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Opção 3) A lei estabeleceu como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, desde que dolosa, pois não há falar-se em improbidade culposa.

Opção 4) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilícitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, aos cofres do Tesouro correspondente à pessoa jurídica prejudicada.

Opção 5) A lei estabeleceu prazos prescricionais distintos para os ilícitos praticados por diferentes categorias de agentes públicos.

Questão

Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Controle administrativo é o exercido pelo Executivo e pelos órgãos administrativos do Legislativo e do Judiciário com vistas a confirmar, rever ou alterar condutas internas, com relação à legalidade, à oportunidade e à conveniência para a Administração. Trata-se de controle interno, porque controlador e controlado pertencem à mesma organização.

Opção 2) O direito de petição consiste em um instrumento de controle administrativo exercido pelos cidadãos. Estes detêm o direito de formular aos Poderes Públicos qualquer tipo de postulação. Esse direito tem grande amplitude, mas não pode ser usado para atender a abuso do interessado. Por isso, em geral, as petições devem ser escritas e conter a perfeita identificação do peticionário.

Opção 3) A hierarquia orgânica advém do escalonamento da Administração, que é composta por patamares. Esse instrumento de controle administrativo decorre do princípio pelo qual agentes de menor grau têm o poder de fiscalização e de revisão dos atos dos agentes de maior grau.

Opção 4) São objetivos do controle administrativo: i) o de confirmação, por meio do qual os atos administrativos são considerados legítimos e adequados; ii) o de correção, em que a Administração retira do mundo jurídico ato administrativo considerado ilegal, inoportuno ou inconveniente, e o substitui por outro considerado legal, oportuno e conveniente; iii) o de alteração, em que a Administração convalida parte do ato administrativo e substitui a outra parte.

Opção 5) O controle administrativo pode ser promovido por meio do controle ou supervisão ministerial, na esfera federal, ou de secretarias, nas esferas estadual e municipal. Nesses casos, ele é exercido sobre os órgãos/entidades da própria estrutura do controlador e também sobre a Administração Indireta vinculada ao controlador.

Questão

Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Além do poder de regulamentação, a competência constitucional para a instituição de um serviço público confere ainda, ao administrador, o poder-dever de controlar sua execução. Se determinada pessoa federativa recebeu a competência para instituir um serviço, essa pessoa assume o dever de garantir que sua instituição ocorra plenamente de acordo com as disposições legais e, ao instituí-lo, assume o dever de aferir como esse serviço é prestado.

Opção 2) À exceção das sociedades de economia mista, toda pessoa integrante da Administração Indireta é submetida a controle pela Administração Direta da pessoa política a que é vinculada. Se é a pessoa política que enseja a criação da entidade da Administração Indireta, cabe-lhe o dever de controlá-la. Esse controle baseia-se na relação de vinculação.

Opção 3) O controle da Administração sustenta-se principalmente nos princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade. Para exercer esse controle administrativo, a Administração tem o poder-dever de estabelecer diretrizes, metas, prioridades e um planejamento de modo a que a atividade administrativa seja desenvolvida da forma mais rápida e eficiente possível, dentro daqueles princípios basilares.

Opção 4) O Poder soberano é único e indivisível, mas a necessidade de diversificação de suas funções deu origem aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa separação dos Poderes gera a necessidade de buscar-se o equilíbrio entre eles, por meio de normas que inibem o crescimento de um em detrimento de outro. Essas normas funcionam como freios e contrapesos desses Poderes. São os instrumentos para o controle político do Estado, fundado na disposição do art. 2º da Constituição Federal de 1988: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.". O objetivo do controle político é a preservação e o equilíbrio das instituições democráticas do País.

Opção 5) A concessão de serviços (forma de descentralização de atividades administrativas) obriga o administrador público ao controle sobre sua execução. Os concessionários não têm qualquer vínculo com o Estado, relativamente à sua personalidade jurídica, à sua estrutura e à sua organização, são pessoas da iniciativa privada que prestam serviços públicos. O sistema de controle instituído para concessões como a de energia elétrica e de telecomunicações, é o das agências reguladoras.

Questão

Com relação à Prescrição Administrativa, é correto afirmar:

Opção 1) Ela exibe, em seu núcleo, a idéia de prazo extintivo, ou seja, ela advém da inércia do interessado, que não se manifestou no prazo que a lei determinou.

Opção 2) Trata-se de um instituto idêntico ao da prescrição judicial, pois incide sobre direitos potestativos, quando a lei fixa determinado prazo para o exercício de um direito, o qual, não sendo exercido, extingue o próprio direito material.

Opção 3) Se o interessado perde o prazo para interpor um recurso administrativo em um processo de licitação (recurso incidental), ocorre a prescrição.

Opção 4) Em se tratando de recurso administrativo deflagrador (aquele que dá ensejo à instauração de um processo administrativo), que equivale à própria reclamação, a perda do prazo será de prescrição.

Opção 5) Se o administrado sofreu os efeitos da decadência, pelo transcurso do prazo para uma reclamação administrativa, sofreu também os efeitos da prescrição.

Questão

Recursos administrativos são os meios formais de controle administrativo, através dos quais o interessado postula, junto a órgãos da Administração, a revisão de uma conduta ou de um ato da Administração. Esse instrumento tem de ser formal, já que a via administrativa, por onde terá tramitação, se sujeita ao princípio da publicidade e do formalismo, em relação aos quais, somente em situações excepcionais uma atividade pode deixar de ser formalizada. O fundamento da via recursal é a contrariedade do ato com algum interesse do administrado. Com relação aos recursos administrativos, **é errado afirmar:**

Opção 1) A natureza jurídica do recurso administrativo é a de meio formal de impugnação de atos e comportamentos administrativos. Ao contrário do que ocorre com os recursos judiciais, objeto de disposição legal específica, os recursos administrativos estão previstos em diversas leis e atos administrativos e não têm uma tramitação previamente determinada. É comum a referência a recursos administrativos, por exemplo, em regulamentos e regimentos de órgãos públicos e pessoas administrativas, nos quais se fixam suas próprias regras acerca de prazos, competências, forma e requisitos que devem estar presentes no instrumento do recurso.

Opção 2) Os recursos administrativos têm suporte em três fundamentos básicos: i) o sistema de hierarquia orgânica; ii) o exercício do direito de petição; iii) a garantia do contraditório e da ampla defesa. Pode ainda ter por fundamento a contrariedade a enunciado de súmula vinculante, caso em que a Administração deverá deixar perfeitamente clara a razão de decidir, sob pena de abrir ao interessado o direito de promover reclamação junto ao STF. Com o final do prazo do recurso ocorre preclusão consumativa, não mais sendo cabível que o recorrente apresente razões a posteriori, até porque deve prevalecer no caso o princípio da segurança jurídica, conforme decidiu o STJ.

Opção 3) Os recursos administrativos podem ser classificados em: i) recursos hierárquicos próprios – os que tramitam na via interna de órgãos ou pessoas administrativas e dispensam previsão legal ou regulamentar expressa, porque derivam normalmente do controle hierárquico da Administração; e ii) recursos hierárquicos impróprios – os em que o recorrente se dirige a autoridades ou órgãos estranhos àquele cujo ato pretende-se impugnar. Entre o controlado e o controlador não há propriamente relação hierárquica de subordinação, apenas uma relação de vinculação. Sua admissibilidade depende de norma expressa e pode ser interposto em um Poder contra ato de outro Poder.

Opção 4) O recurso tramita pela via administrativa, ou seja, o recurso percorre os diversos órgãos que compõem o escalonamento organizacional da Administração e nela é resolvido. A solução se exaure na via administrativa, sem a necessidade de ingerência do Judiciário para a obtenção do resultado pretendido. A Administração fica obrigada a examinar o pedido, ainda que seja para não acolhê-lo.

Opção 5) São espécies de recursos administrativos: i) representação – o recorrente denuncia irregularidade, ilegalidade e/ou conduta abusiva de agente da Administração e postula a apuração e a regularização da situação; ii) reclamação – o recorrente postula a alteração de ato que lhe prejudica direito ou interesse – o recorrente é o interessado direto na correção do ato que entende prejudicial; iii) pedido de reconsideração – é dirigido à própria autoridade cujo ato pretende-se seja corrigido; iv) revisão – o interessado postula a reapreciação de decisão já proferida em processo, com base em fatos novos suscetíveis de conduzir a autoridade que decidiu a solução diversa da que adotou no exame anterior da questão.

Questão

Assinale a **única opção errada**, com relação à Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa:

Opção 1) Ela eleger, como sujeito ativo dos atos de improbidade administrativa, fundamentalmente, o agente público, servidor ou não, o qual definiu, para seus efeitos, como todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades relacionadas como sujeitos passivos. A lei incluiu como sujeito ativo, no que couber, aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Opção 2) A única disposição de natureza criminal da Lei de Improbidade Administrativa é a que diz que "constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente" e acrescenta que "além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado".

Opção 3) Ela eleger, como sujeitos passivos dos atos de improbidade administrativa, a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio líquido. **Opção 4)** Segundo essa lei, em todos os casos em que o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à Controladoria Municipal de Vila Velha representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. Essa indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito, sendo que o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

Opção 5) Nem todos os princípios gerais da Administração Pública foram objeto da tutela dessa lei, pois ela, em seu art. 11, destacou que "Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições", além de oito ações ou omissões que relacionou.

Questão

Com base nos conceitos e entendimentos sobre os princípios orçamentários. A alternativa que melhor expressa a correta definição nos itens abaixo, respectivamente, é: I - Múltiplos orçamentos são elaborados de forma independente, sofrendo, entretanto, a consolidação que possibilita o conhecimento do desempenho global das finanças públicas. II - A lei de orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do governo e da administração centralizada, ou que por intermédio deles se devam realizar. III - Princípio que busca impedir o florescimento das atividades empresariais do Estado, que não poderiam ser conciliadas com o cumprimento da regra de que todas as receitas e despesas devem constar do orçamento pelos seus totais. IV - O orçamento público deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, que pode variar entre os países.

Opção 1) Unidade, universalidade ou totalidade, orçamento bruto e anualidade.

Opção 2) Anualidade, especialização, não afetação das receitas e periodicidade.

Opção 3) Discriminação, equilíbrio, clareza e periodicidade.

Opção 4) Unidade, programação, orçamento bruto e publicidade.

Opção 5) Exatidão, discriminação, exclusividade e anualidade.

Questão

Com relação à evolução do orçamento público nas constituições brasileiras, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa com a sequência correta: I - A Constituição de 1934 foi considerada do “tipo misto”, uma vez que a elaboração da proposta é atribuída ao Presidente da República e votada pelo Legislativo, que ainda julgava as contas do presidente. II - A Constituição de 1891 seria do “tipo administrativo”, já que o orçamento era função privativa do Presidente, bem como a sua tomada de contas. III - A Constituição de 1967 deu especial relevância ao orçamento, mas retirou prerrogativas do legislativo quanto à iniciativa de leis ou emendas que criem ou aumentem despesas. IV - O texto constitucional de 1988 inovou com a instituição do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Opção 1) F, F, F, V

Opção 2) F, F, V, F

Opção 3) F, V, F, V

Opção 4) V, F, V, V

Opção 5) V, F, F, V

Questão

Considerada a mais moderna das classificações orçamentárias da despesa, a finalidade básica da classificação por programas é demonstrar as realizações do governo, o resultado final de seu trabalho em prol da sociedade. Esse critério surgiu visando permitir o cumprimento das novas funções do orçamento, em especial a representação do programa de trabalho. Por exigência da Lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária federal trará uma quinta categoria na classificação por programas:

Opção 1) Operações Especiais.

Opção 2) Subtítulo.

Opção 3) Projeto.

Opção 4) Atividade.

Opção 5) Programa.

Questão

A norma geral da Lei Orçamentária (LOA) é constituída por três orçamentos: fiscal, seguridade social e investimentos das empresas. Ainda, a LOA terá, de acordo com a Lei 4,320/64, ademais do texto regulamentar, a seguinte composição, **exceto**:

Opção 1) Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Opção 2) Quadros demonstrativos da despesa.

Opção 3) Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas.

Opção 4) Sumário geral da receita e da despesa por classificação institucional.

Opção 5) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.

Questão

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fornece orientações para elaboração dos orçamentos anuais e tem por finalidade destacar, da programação plurianual, as prioridades e metas a serem executadas em cada orçamento anual. São ainda características que a LDO deve dispor, **exceto**:

Opção 1) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Opção 2) Disporá sobre as alterações da legislação tributária.

Opção 3) Forma de utilização e montante da reserva de contingência a integrar a lei orçamentária anual.

Opção 4) Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Opção 5) Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza previdenciária da qual decorra renúncia de receita.

Questão

Por conta de uma suposta impossibilidade de alcançar a meta de superávit primário, o Governo Federal quer alterar a LDO no sentido de aumentar a redução da meta com mais recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das desonerações fiscais. Na atual fase em que as questões fiscais afetam de maneira crucial a gestão do Estado, as LDOs têm papel fundamental, pois se responsabilizam pela fixação das metas fiscais, exigência que veio do marco estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Fazem parte das informações que devem constar do Anexo de Metas Fiscais da LDO, **exceto**:

Opção 1) Avaliação financeira e atuarial dos regimes de previdência e dos fundos de natureza atuarial, como o FAT.

Opção 2) Memória e metodologia de cálculo das metas anuais.

Opção 3) Avaliação da evolução do patrimônio líquido da União e do Relatório de Gestão Fiscal.

Opção 4) Demonstrativo da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Opção 5) Metas de resultado primário e nominal e de dívida pública para o exercício da LDO e para os dois seguintes.

Questão

São casos de licitação dispensável, **exceto**:

Opção 1) Para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Opção 2) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

Opção 3) Para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

Opção 4) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

Opção 5) Quando não acudirem interessados à licitação anterior.

Questão

Com relação às modalidades e tipos de licitações, aponte a alternativa correta:

Opção 1) A tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico mediante a instituição de prêmios ou remunerações aos vencedores.

Opção 2) O Convite é a modalidade entre os interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento de propostas, observada a necessária qualificação.

Opção 3) A concorrência é a modalidade entre interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

Opção 4) A escolha da modalidade de licitação entre concorrência, tomada de preços, pregão e convite é determinada pelo valor estimado da contratação, existindo limites para obras e serviços de engenharia e para compras e serviços em cada uma das quatro modalidades.

Opção 5) A técnica e preço é o tipo de licitação quando o critério de licitação da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que seja o vencedor o licitante que apresentar proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço.

Questão

Ameaças podem ser criadas por ampla gama de relações e circunstâncias. Quando um relacionamento ou circunstância cria uma ameaça, essa ameaça pode comprometer o cumprimento dos princípios éticos por parte do profissional de auditoria. Uma circunstância ou relacionamento pode criar mais de uma ameaça, e uma ameaça pode afetar o cumprimento de mais de um princípio ético. As ameaças se enquadram em pelo menos uma das categorias a seguir, **exceto**:

Opção 1) Ameaça de familiaridade é a ameaça, devido a relacionamento longo ou próximo com o cliente ou empregador, de o profissional tornar-se solidário aos interesses dele ou aceitar seu trabalho sem muito questionamento.

Opção 2) Ameaça de interesse próprio é a ameaça de que um interesse financeiro ou outro interesse influenciará de forma não apropriada o julgamento ou o comportamento do profissional.

Opção 3) Ameaça de defesa de interesse do cliente é a ameaça de que o profissional promoverá ou defenderá a posição de seu cliente ou empregador a ponto em que a sua objetividade fique comprometida

Opção 4) Ameaça de intimidação é a ameaça de que o profissional será dissuadido de agir objetivamente em decorrência de pressões reais ou aparentes, incluindo tentativas de exercer influência indevida sobre ele.

Opção 5) Ameaça de autorrevisão é a ameaça de que o profissional, por excesso de zelo, demande tempo excessivo avaliando os resultados de julgamento dado ou serviço prestado anteriormente por ele, ou por outra pessoa física ou jurídica a ele ligada direta ou indiretamente.

Questão

Ao selecionar itens a serem testados, o auditor deve determinar a relevância e a confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria; outro aspecto da eficácia (suficiência) é uma consideração importante na seleção de itens a serem testados. Os meios à disposição do auditor para a seleção de itens a serem testados são: i) seleção de todos os itens (exame de 100%); ii) seleção de itens específicos; e iii) amostragem de auditoria. O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para ele concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada. Assinale a única opção **errada**:

Opção 1) Taxa tolerável de desvio é a taxa de desvio dos procedimentos de controles internos previstos, definida pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que essa taxa de desvio não seja excedida pela taxa real de desvio na população.

Opção 2) Amostragem estatística é a abordagem à amostragem com as seguintes características: i) seleção aleatória dos itens da amostra; e ii) uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados das amostras, incluindo a mensuração do risco de amostragem. A abordagem de amostragem que não tem essas características é considerada uma amostragem não estatística.

Opção 3) O auditor deve executar os procedimentos de auditoria, apropriados à finalidade, para cada item selecionado. Se o procedimento de auditoria não for aplicável ao item selecionado, o auditor deve desprezar esse item e prosseguir com os testes seguintes.

Opção 4) Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve: i) considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra; ii) determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável; e iii) selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.

Opção 5) Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite ao auditor concluir sobre toda a população.

Questão

A ideia do controle social não é nova. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, em seu art. 15, já o destacava: "A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público sobre sua administração.". Tendo em conta a importância do controle social, assinale a **única opção errada**:

Opção 1) Os agentes de órgãos, entidades, programas e fundos públicos devem contribuir para aumentar a confiança sobre a forma como são geridos os recursos colocados à sua disposição, reduzindo a incerteza dos membros da sociedade sobre o que acontece no interior da administração pública.

Opção 2) Os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa o acesso a informações referentes a todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Opção 3) O controle social é a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública. Decorre de princípios de governança e accountability e é viabilizado, sobretudo, pela transparência.

Opção 4) Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.

Opção 5) O fortalecimento das instâncias de participação popular e das atuações sistemáticas e pontuais dos cidadãos e da imprensa acarreta o retardamento das ações de governo e, muitas vezes, compromete os objetivos que se busca alcançar por meio dessas ações.

Questão

A documentação de auditoria, também denominada papéis de trabalho, serve para várias finalidades adicionais, que incluem: i) assistir a equipe de trabalho no planejamento e execução da auditoria; ii) assistir aos membros da equipe de trabalho responsáveis pela direção e supervisão do trabalho de auditoria e no cumprimento de suas responsabilidades de revisão; iii) permitir que a equipe de trabalho possa ser responsabilizada por seu trabalho; iv) manter um registro de assuntos de importância recorrente para auditorias futuras; v) permitir a condução de revisões e inspeções de controle de qualidade de Auditores Independentes que executam exames de auditoria e revisões de informação financeira histórica, e outros trabalhos de assecuração e de serviços correlatos; vi) permitir a condução de inspeções externas em conformidade com as exigências legais, regulamentares e outras exigências aplicáveis. A documentação de auditoria, porém, não substitui os registros contábeis nem a documentação original da entidade.

Assinale a **única opção errada**:

Opção 1) O auditor deve preparar documentação que forneça: i) registro suficiente e apropriado do embasamento do relatório do auditor; e ii) evidências de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas e as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Opção 2) A elaboração de documentação de auditoria suficiente e apropriada aprimora a qualidade da auditoria e facilita a revisão e a avaliação eficazes da evidência de auditoria e das conclusões obtidas antes da finalização do relatório do auditor. A documentação elaborada após a execução do trabalho de auditoria tende a ser mais precisa do que aquela elaborada no momento em que o trabalho é executado, até porque tal preocupação atrapalha o bom desenvolvimento dos trabalhos.

Opção 3) Ao documentar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados, o auditor deve registrar: i) as características que identificam os itens ou assuntos específicos testados; ii) quem executou o trabalho de auditoria e a data em que foi concluído; e iii) quem revisou o trabalho de auditoria executado e a data e extensão de tal revisão.

Opção 4) Se, em circunstâncias excepcionais, o auditor julgar necessário não atender um requisito relevante de uma norma, ele deve documentar como os procedimentos alternativos de auditoria executados cumprem a finalidade desse requisito, e as razões para o não atendimento.

Opção 5) Se o auditor identificou informações referentes a um assunto significativo que são inconsistentes com a sua conclusão final, ele deve documentar como tratou essa inconsistência.

Questão

Ao longo e ao término dos trabalhos de auditoria são produzidos instrumentos tais como a Nota de Auditoria, o Relatório de Auditoria, o Registro das Constatações, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno. A respeito desses instrumentos, é possível afirmar, **exceto**:

Opção 1) O Relatório de Auditoria constitui-se na forma pela qual os resultados dos trabalhos realizados são levados ao conhecimento das autoridades competentes. Tem por objetivo informar o gestor público acerca das conclusões da auditoria.

Opção 2) A Nota de Auditoria destina-se a dar ciência ao gestor/administrador do ente auditado, no decorrer ou mesmo ao final dos exames, das irregularidades apuradas ao longo dos trabalhos, com vistas a obter a manifestação dos agentes quanto a essas irregularidades e dar suporte à opinião do auditor, na elaboração do seu Relatório de Auditoria.

Opção 3) O Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno é peça que, ao critério do dirigente, poderá ser inserida nos processos de prestação de contas que serão remetidos ao tribunal de contas. Ele expõe a avaliação conclusiva do SCI sobre a gestão examinada, consignando qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada e indicando as medidas adotadas para corrigir as falhas identificadas, e a avaliação quanto à eficiência e à eficácia da gestão.

Opção 4) O Certificado de Auditoria é o documento que representa a opinião do Sistema de Controle Interno – SCI sobre a exatidão e regularidade, ou não, da gestão e a adequabilidade, ou não, das peças examinadas, devendo ser assinado pelo Coordenador-Geral ou Gerente Regional de Controle Interno ou por autoridade de nível hierárquico equivalente do SCI.

Opção 5) O Registro das Constatações é o documento destinado a registrar as verificações significativas detectadas no desenvolvimento dos trabalhos, elaborado de forma concisa com base no Relatório de Auditoria. Possibilita a criação de banco de dados relevantes sobre os órgãos e/ou entidades controladas, tais como: I) irregularidades, deficiências e impropriedades; II) fatos que mereçam exame mais profundo em outra oportunidade, por fugirem ao escopo dos trabalhos realizados.

Questão

De acordo com o MCASP, o Balanço Financeiro (BF) será elaborado utilizando-se as classes:

Opção 1) 1 e 2 (recebimentos e pagamentos extra-orçamentários), 4 e 3 (variações patrimoniais aumentativas e diminutivas), 6 (execução da receita e despesa orçamentária).

Opção 2) 1 e 2 (recebimentos e pagamentos extra-orçamentários), 4 e 3 (variações patrimoniais aumentativas e diminutivas), 5 (restos a pagar inscritos no exercício), 6 (execução da receita e despesa orçamentária).

Opção 3) 1 e 2 (recebimentos e pagamentos orçamentários), 4 e 3 (variações patrimoniais aumentativas e diminutivas), 5 (restos a pagar inscritos no exercício), 6 (execução da receita e despesa orçamentária).

Opção 4) 1 e 2 (recebimentos e pagamentos orçamentários), 4 e 3 (variações patrimoniais aumentativas e diminutivas), 5 (restos a pagar inscritos no exercício).

Opção 5) 1 e 2 (recebimentos e pagamentos extra-orçamentários) e 4 e 3 (variações patrimoniais aumentativas e diminutivas).

Questão

No tocante à publicação e ao conteúdo dos Relatórios Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, é **incorreto** afirmar que:

Opção 1) O Relatório de Gestão Fiscal deverá ser acompanhado de demonstrativo do resultado nominal e primário.

Opção 2) Deve o Balanço Orçamentário acompanhar o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Opção 3) Seguirá com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, demonstrativo de receitas por categoria econômica e por fonte.

Opção 4) O Relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado ao final de cada quadrimestre.

Opção 5) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária deverá ser publicado trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Questão

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público em vigor, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, a estrutura do sistema de informação contábil é composta pelos seguintes subsistemas:

- Opção 1) Patrimonial, custos, orçamentário, financeiro, compensação.
- Opção 2) Patrimonial, financeiro, orçamentário, compensação.
- Opção 3) Orçamentário, patrimonial, custos e compensação.**
- Opção 4) Orçamentário, patrimonial, financeiro e custos.
- Opção 5) Orçamentário, patrimonial, financeiro e compensação.

Questão

As informações a seguir referem-se à entidade governamental da administração direta, em um determinado exercício financeiro.

Descrição/Valor (R\$) Previsão das Receitas = 1.000.000,00 Fixação das despesas = 1.000.000,00 Receitas realizadas = 1.200.000,00 Despesas empenhadas = 900.000,00 Despesas liquidadas = 800.000,00 Despesas pagas = 750.000,00 Receita extra-orçamentária = 50.000,00 Despesa extra-orçamentária = 70.000,00

Considerando essas informações, é correto afirmar que:

- Opção 1) O valor inscrito em restos a pagar processados perfaz R\$ 50.000,00.**
- Opção 2) O valor inscrito em restos a pagar foi de R\$ 100.000,00.
- Opção 3) Houve um superavit orçamentário no montante de R\$ 400.000,00.
- Opção 4) O resultado extra-orçamentário deve constar do Balanço Orçamentário.
- Opção 5) O superavit financeiro monta em R\$ 250.000,00.